

# Reconstrução: Educação e Soberania Nacional

## Bruna Brelaz, Presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes)

Traçar um panorama educacional em 2022, após dois anos de pandemia e de uma desastrosa condução do governo federal para lidar com os desafios impostos pela crise sanitária, requer um olhar crítico para os imensos retrocessos dos últimos anos e outro para a reconstrução do projeto nacional

A crise de projeto nacional e de educação começa antes da pandemia: o país já vinha sofrendo desmontes em políticas públicas e cortes de recursos desde 2016. Porém, com Bolsonaro, ela se intensifica, somando ainda com o aparelhamento ideológico do MEC (Ministério da Educação).

O país, que após a Constituição de 1988, construiu um arcabouço legal de proteção do direito à educação, culminando em uma das mais importantes para a nossa geração e para as futuras: o Plano Nacional de Educação (13.005/2014), passou a estar em estado de iminência para ataques orquestrados por Jair Bolsonaro e apoiadores

Recentemente, em um estudo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 8º Balanço Anual do Plano Nacional de Educação (PNE), foi alertado que a taxa de descumprimento da Lei do PNE, a partir de suas 20 metas, é de cerca de 86% e que 45% delas estão em retrocesso.

Além do Teto de Gastos (EC 95/2016), a educação brasileira sofre com ausência de projeto, e hoje, com manobras eleitoreiras do governo Bolsonaro o risco chega também ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

Até o fechamento desta edição da Revista Juventude.br, avança a manobra do ICMS aos estados, que retira recursos da saúde e educação e o Projeto de Lei, apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro, que autoriza vender os contra-

tos do regime de partilha do Fundo Social do Pré-Sal, desvinculando a arrecadação da parcela destinada para a educação e saúde.

O Fundo foi criado em 2010 e é a base de uma das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a destinação de 10% do PIB para a educação até 2024, que foi fruto de muita mobilização por parte da sociedade civil, estudantes e entidades de educação.

Com o objetivo de reverberar, a partir de uma riqueza finita brasileira, investimento social e desenvolvimento econômico de longo prazo, e isso se dá por meio de educação de qualidade, desde o ensino básico até a universidade e valorização da ciência e pesquisa, garantindo soberania ao país. É uma poupança para garantir que quando o petróleo acabar, teremos destinado parte dos seus recursos em bens duráveis para o povo brasileiro.

Além disso, estamos atravessando o fenômeno “janela demográfica”, quando a soma da população economicamente ativa representa a maioria das pessoas no país (mais do que crianças e idosos), e é o momento que se espera um grande crescimento e desenvolvimento. Sendo assim, deveríamos estar vivendo um ciclo de desenvolvimento e com esse projeto do governo atual, ele foi interrompido, ou ainda pior, destruído.

A justificativa oficial do governo é aumentar a arrecadação, por meio da exploração de óleo e gás, enquanto o orçamento secreto, validado por Bolsonaro, corre solto no Congresso Nacional, mostrando que a educação passa longe da lista de prioridades no seu projeto.

Diante dessa conjuntura de retrocessos e constantes ameaças, estudantes, entidades de educação e comunidades acadêmicas não esmoreceram. Basta ver a resposta de universidades durante a pandemia: criando condições



para o combate à crise sanitária, na pesquisa e também no atendimento à população. Foram mais de 3200 ações que alcançaram cerca de 40 milhões de pessoas, conforme dados do levantamento realizado pelo Instituto Sou Ciência e Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior).

É certo que o tempo de trevas terá fim diante de uma sociedade mobilizada, que denuncia constantemente o projeto em curso. Devemos nos colocar em ação para o futuro, para (re) construção do projeto nacional de educação e de soberania. O desafio do nosso tempo será retomar as políticas para redução de desigualdade com acesso ao ensino público e com investimentos e aprimoramentos de qualidade, a retomada do desenvolvimento social e econômico, por meio da inovação, do pensamento crítico e das novas tecnologias, que emergem com o fortalecimento da educação desde a sua base.